

32º Encontro Anual da Anpocs

GT 18- Elites e Instituições Políticas

Especialização política numa perspectiva de gênero: um estudo sobre as variações na composição da elite política maranhense com base nos processos de recrutamento das deputadas federais/estaduais (1982-2006).

Dayana dos Santos Delmiro Costa

1-Especialização política numa perspectiva de gênero: um estudo sobre as variações na composição da elite política maranhense com base nos processos de recrutamento das deputadas federais/estaduais (1982-2006).

Dayana dos Santos Delmiro Costa¹

O objetivo deste paper foi analisar a participação da mulher maranhense na política, a partir dos cargos de deputadas federais/estaduais de 1982 a 2006. Buscou-se perceber as variações na composição da “elite política” ao longo do tempo no Maranhão. A investigação foi construída, através de um mapeamento a partir de repertórios biográficos da Câmara dos Deputados e biografias publicadas sobre as deputadas que exerceram mandatos no Maranhão no período 1982-2006. Realizei ainda entrevistas individuais com as deputadas buscando sistematizar e analisar dados sobre a origem social e carreira política, levando em consideração dados como, escolaridade, profissão, como foi seu ingresso na política, a participação política da família, a que movimentos sociais pertenceram, bem como que cargos públicos ocuparam e o número de mandatos.

Para tal foi necessário um estudo de *trajetória*² (Bourdieu 1996, Grynspan 1990, Miceli 2001, Offerlé 1996) até para se evitar trabalhar com o conceito de mulher como um grupo homogêneo. O exame de trajetórias individuais permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam. Ao mesmo tempo, centrando o foco em atores, pode-se refletir sobre padrões e mecanismos sociais mais amplos (Grynspan, 1990:2).

Utilizei ainda a noção de *trajetória* de Bourdieu (1996) que considera que esta “é uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente – ou mesmo grupo -em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, sendo assim possível deslocar-se do sujeito e situar acontecimentos biográficos em

¹ Mestranda em Ciências Sociais do PPGCS-UFMA

² No decorrer do trabalho o itálico será usado como marcador de categorias, assim como na reprodução dos trechos das entrevistas.

aloções e deslocamentos no espaço social. Associada a noção de trajetória de Bourdieu (1996) busquei construir uma prosopografia com o grupo dessas 26 deputadas (22 estaduais, 4 federais). Este método reúne dados biográficos de um grupo de atores históricos que têm algo em comum, seja uma função, uma atividade, ou ainda uma posição social. Considerando o apontado por Miceli (2001) ‘tais inferências devem ser lastreadas em evidências empíricas que abranjam uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais, etc. possibilitam a reconstrução de uma trajetória para os fins de análise sociológica ou política’.

A pesquisa analisa a dinâmica de constituição das diferentes estruturas e volumes de capitais das mulheres maranhenses na política, através do levantamento de informações sobre as origens sociais e carreiras políticas das deputadas federais/estaduais eleitas no Maranhão entre 1982 a 2006. Busquei identificar variáveis sociais que me permitissem perceber quais os recursos acumulados por essas mulheres ao longo do processo de especialização política, como foi desenvolvido o ‘trabalho político’ na busca pelo reconhecimento dos profanos.

Considero que o processo eleitoral está relacionado às mais diferentes esferas, as lógicas do estabelecimento dos vínculos que podem passar a compor as bases eleitorais dessas mulheres não são redutíveis à lógica eleitoral. Conforme ressalta Coradini (1998):

... a eficácia do “trabalho político” decorre dos recursos e possibilidades de manipulação das relações e sentidos contidos nessas diferentes esferas, a partir de uma perspectiva de acumulação de capital político. Essas esferas incluem, por exemplo, relações de parentesco, de “liderança” corporativa (sindicato de professores, de trabalhadores rurais, de “empresários”, de ação ético-religiosa, de vizinhança (a “comunidade”) e afinidades sociais e de estilo de vida (os clubes, as “festas”, os “desportes”), por fim, sem pretensão de exaustão, relações estabelecidas por meio da ocupação de cargos públicos” (1998:112-113)

Inspirei-me também em alguns estudos desenvolvidos na França, que relacionaram o processo de especialização política e a questão de gênero³ (Guionnet

³ Adoto a perspectiva de Scott (1990) cuja contribuição serviu para se pensar a diferença sexual e a sexualidade como construções sociais que sofrem variações históricas e culturais. A autora ressalta ainda que “o gênero” é um elemento constitutivo das relações sociais, sendo estas relações significantes de poder.

2002, Achin 2005, Dulong e Lévêque 2002). Todos têm em comum a influência da abordagem sócio-histórica da política de Offerlé (1996,1999) no estudo das formas de acesso à política, perspectiva que adoto no presente estudo.

Guionnet (2002) buscou identificar em que medida a variável de ‘gênero’ foi utilizada como identidade estratégica para legitimar a inserção das mulheres na política, nas eleições municipais francesas de 2001. A autora observou como que num contexto de ‘crise política’ uma variável que era historicamente rejeitada- o gênero - pode ser utilizada associada à idéia de necessidade de renovação das práticas políticas⁴, como uma espécie de *savoir faire* feminino específico. Identificou ainda que as mulheres apesar de outsiders- devido a posição de novatas que ocupavam no campo político- havia casos em que a condição de neófito tinha que ser relativizada, pois algumas mulheres tinham tido uma experiência prévia que contribuía na socialização política, como militância em sindicatos, participação em associações ou envolvimento nas campanhas do marido, mostrando como na análise do uso do recurso de ‘gênero’ nas disputas eleitorais é preciso considerar também a posição social dessas mulheres.

Nessa mesma linha Dulong e Lévêque (2002) também realizaram uma pesquisa sobre o uso do ‘gênero’ como prática de mobilização eleitoral. Através de uma enquete com homens e mulheres, com perguntas como “*Quais as qualidades necessárias para se fazer uma boa campanha?*” buscaram identificar se o gênero influencia nas representações sobre o *métier* político. Nas respostas pode ser observado que as qualidades requisitadas para fazer campanha ou exercer um mandato municipal varia sensivelmente de acordo com o gênero, idade e experiência política dos agentes entrevistados. Os homens evocavam mais saberes técnicos enquanto que as mulheres se reportavam mais às qualidades morais e de relacionamento, como saber ouvir, compreender, conhecer a população, ser honesta.

Um outro estudo que contribuiu para orientar as diretrizes dessa pesquisa no que concerne a articulação entre gênero e política nas campanhas, foi o trabalho de Barreira (1998). A autora traça um perfil de candidatas à Prefeitura das cidades de Fortaleza, Natal e Maceió durante as eleições de 1996. Focaliza na trajetória das candidatas, na discussão dos símbolos de campanha e dinâmica dos conflitos eleitorais, explorando a

⁴ (...) La où les femmes expliquent qu’elles sont plus proches des citoyens, plus humaines et plus pragmatiques parce qu’elles s’occupent des enfants, entretiennent les relations familiales et doivent mener une double vie de labeur (domestique et rémunérée), les ouvriers vantaient leurs qualités de travailleurs énergiques, honnêtes, simples, désintéressés, généreux et dévoués. (Guionnet, 2002:125)

dimensão simbólica de processos eleitorais, caracterizados pela presença de ritos e discursos de campanha alusivos à condição de gênero, que incorporam a construção de espaços de identificação entre candidatas e público e diferenciação entre candidatas.

Apresento agora alguns dados sobre os percursos das deputadas federais no Maranhão e posteriormente alguns depoimentos, retirados das entrevistas que realizei com as deputadas, sobre suas concepções acerca do uso da variável de gênero como trunfo nas campanhas e quais suas concepções sobre as habilidades e competências necessárias para entrar nas disputas políticas.

2-Deputadas Federais Maranhenses: percursos e comparações

O Legislativo Federal continua sendo um espaço de difícil acesso às mulheres. Nas eleições de 1982 e 1986 não houve mulheres eleitas para o cargo de deputada federal no Maranhão. Os dados revelam que num período de 24 anos,elegeram-se no Maranhão apenas 4 deputadas federais, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1: Mulheres eleitas deputadas federais no Maranhão (1982-2006)

ANO	N. DE MULHERES ELEITAS	NOME DAS DEPUTADAS	PARTIDO
1982	0	---	---
1986	0	---	---
1990	1	ROSEANA SARNEY	PFL
1994	1	MÁRCIA MARINHO	PSC
1998	1	NICE LOBÃO	PFL
2002	2	TEREZINHA FERNANDES	PT
		NICE LOBÃO	PFL
2006	1	NICE LOBÃO	PFL (atual DEM)

Os dados mostram ainda, que no Maranhão prevalecem deputadas federais vinculadas às agremiações partidárias tidas como de “direita”. Entre as quatro deputadas, duas delas se elegeram pelo PFL (uma hoje é filiado ao PMDB), uma pelo PSC e apenas uma pelo PT. Ao se comparar os dados no que tange ao número de

deputadas federais eleitas no Rio Grande do Sul⁵ de 1982 a 2006 e às filiações partidárias destas, observa-se que, assim como no Maranhão, a presença das mulheres permaneceu pouco significativa em termos numéricos, foram eleitas nesse período apenas sete deputadas federais. As mulheres passam a marcar presença na bancada de parlamentares do RS apenas em 1994, com a eleição de Ester Grossi pelo PT e Yeda Crusius pelo PSDB. Em relação aos partidos das deputadas federais eleitas no RS, ocorre o contrário do Maranhão, cinco são de partidos situados à “esquerda”, sendo três ligadas ao PT, uma inicialmente ao PT e depois ao PSOL e uma ao PCdoB, contra duas que pertencem a siglas localizadas mais ao centro (PSDB e PTB)

A partir do conjunto de casos, sistematizei os dados sobre os percursos das deputadas federais no Maranhão com base nas seguintes variáveis: primeiro cargo eletivo, idade que ocupou o primeiro cargo, número de mandatos, ocupação de cargos públicos e laços de parentesco com ascendente político, como pode ser observado no quadro 6. Faço comparações entre os casos e relaciono com os dados de Barreira (2006) e Grill (2007).

⁵ Para uma comparação mais detalhada sobre a especialização política nesses dois estados, ver Grill (2007): Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão.

Quadro 2- Quadro sinótico dos percursos das deputadas federais no Maranhão (1982-2006)

DEPUTADA	PRIMEIRO CARGO ELETIVO	IDADE QUE OCUPOU O PRIMEIRO CARGO ELETIVO	NÚMERO DE MANDATOS e CARGOS ACUMULADOS NA CARREIRA ELETIVA	FORMAÇÃO/PROFISSÃO	OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADA	LAÇOS DE PARENTESCO COM ASCENDENTE POLÍTICO
ROSEANA SARNEY	Deputada Federal	37 anos	1 mandato de deputada federal (1991 a 1994); 2 mandatos no governo do Estado do Maranhão (1995 a 2001) Senadora (desde de 01/02/2003)	Ciências Sociais- UNB	- Assessora no Quadro Técnico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) de 1974 a 1976; -Assessora do Secretário de Viação de Obras de 1977 a 1978; -Técnica em planejamento do Instituto de Planejamento Econômico e Social em 1979; - Gerente Operacional do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU) do Instituto de Planejamento	Avós, tio-avós, Pai (foi <u>deputado</u> , <u>senador</u> pelo <u>Maranhão</u> entre <u>1971</u> e <u>1985</u> , governador do <u>Maranhão</u> entre <u>1966</u> e <u>1971</u> e Presidente da República de 1985 a 1990), tios, irmãos.

					Econômico e Social (IPEA) em 1980; Assessora do Gabinete Civil do Governador do Estado do Maranhão em 1981; - Secretária de Estado para Assuntos Extraordinários; Assessora do Senado Federal ; Assessora do Gabinete Civil da Presidência da República de 1985 a 1989;	
MÁRCIA MARINHO	Deputada Federal	31 anos	1 mandato de deputada federal (1995 a 1998) 1 mandato de prefeita em Caxias (2001 a 2004)	Medicina- UFMA	Secretária Municipal da Criança e Ação Social, em Caxias, Maranhão, de 1993 a 1994.	Cônjuge (esposo foi eleito prefeito de Caxias em 1992 e deputado federal de 2002 a 2005)
NICE LOBÃO	Deputada Federal	62 anos	3 mandatos de deputada federal (1998- atual)	Ensino Médio	Secretária da Ação Social do Estado do Maranhão de 1991 a 1994.	Cônjuge (esposo foi deputado federal de 1979 a 1987, senador de 1987 a 1991, governador do Maranhão de 1991 a 1994 e senador 1995- atual)

TEREZINHA FERNANDES	Deputada Federal	47 anos	1 mandato de deputada federal	Letras- UFMA	Secretária Municipal do Desenvolvimento Social, em Imperatriz- Maranhão de 2001 a 2002.	Cônjuge (esposo foi deputado estadual de 1999 a 2000 e prefeito de Imperatriz de 2001 a 2004)
--------------------------------	------------------	---------	----------------------------------	--------------	---	---

Quando Barreira (2006) apresenta os dados sobre cargo eletivo anterior das deputadas federais no Brasil, afirma que apenas 21% elegeram-se deputada federal sem terem cargos eletivos anteriores. Uma parte significativa já tinha ocupado algum cargo eletivo anteriormente: *“As representantes, antes de serem eleitas deputadas federais, eram deputadas estaduais, vereadoras e prefeita”* (Barreira, 2006:9). A autora chama atenção também para a idéia de continuidade ou reprodução das funções legislativas, sendo uma parte significativa das deputadas tinha mandatos anteriores de deputada federal.

Quadro 3- Cargo eletivo anterior das deputadas federais no Brasil

Cargo eletivo anterior das deputadas	%
Deputada Federal	44%
Deputada estadual/distrital	21%
Vereadora	12%
Prefeita	2%
Não teve	21%

Construído com base nos dados de Barreira (2006)

Essa constatação se difere do que acontece no Maranhão, como pode ser observado no quadro sinótico o acesso dessas mulheres de forma direta ao Legislativo Federal, sem passar pelo cargo de vereadora, deputada estadual ou prefeita é de 100%. Dado que não difere muito dos homens no Maranhão, conforme aponta a pesquisa de Grill (2007), quando compara os deputados do Rio Grande do Sul com os do Maranhão no que concerne ao primeiro cargo eletivo ocupado:

Os dados mostram que no RS 47% dos deputados federais começaram a carreira eletiva por posições locais, como vereadores (39%), vice-prefeitos e prefeitos (8% somados); contra apenas 18% no Maranhão que iniciaram por posições do mesmo tipo, isto é, como vereadores (12%) e como prefeitos e vice-prefeitos (6%). Contrariamente, no Maranhão 80% dos agentes investigados debutaram na ocupação de cargos eletivos como deputados federais (44%) ou estaduais (36%). (GRILL, 2007:10-11, grifo meu)

No Rio Grande do Sul, quatro deputadas começaram suas carreiras de cargos políticos por postos nos primeiros escalões (três como secretarias municipais e uma como ministra) e três por mandatos eletivos (duas como vereadoras e uma como deputada estadual).

No Maranhão há um espaço político pouco competitivo e mais fechado, pois não se observa a passagem dessas deputadas por diferentes cargos na hierarquia política, nem mesmo pelo de deputada estadual. Contrastando com a percentagem de cargo eletivo anterior das deputadas brasileiras apontadas por Barreira (2006), onde 12% já tinham sido vereadoras, 21% deputada estadual e 44% ocuparam o mesmo cargo de deputada federal na legislação anterior. No Maranhão as 4 mulheres que conseguiram ser eleitas deputadas federais não iniciaram suas carreiras por posições periféricas e quando prevalece o ingresso “por cima” na carreira política eletiva, quer dizer, diretamente pela ocupação de cargos mais altos na hierarquia política, o controle e a seleção prévia por parte dos agentes já estabelecidos ou das máquinas políticas se mostram decisivos, característica de contextos políticos marcadamente oligárquicos, como é o caso do Maranhão.

O estudo de Costa (1998) sobre a Bahia e outros estados do nordeste brasileiro conclui que é maior o número de mulheres eleitas pelos grandes partidos e os ‘mais conservadores’ nos estados que permanecem sob o controle das ‘oligarquias’, perpetuando os compromissos familiares. Nesses estados a ideologia feminista é precariamente adotada por parte das eleitas e o exemplo de mulheres que ascendem à elite política pela via dos movimentos sociais são reduzidos. Segundo o estudo de Costa (1998) no nordeste, a entrada das mulheres em altos cargos eletivos da hierarquia política, quando ocorre, na maioria das vezes, se dá em virtude das próprias relações familiares, perpetuando valores da elite tradicional, as oligarquias se utilizam das relações de parentesco para preencher os cargos do poder. Segundo Avelar (2001:50) *“se as mulheres ascendem por esses canais, sua atuação nada tem a ver com as mudanças propostas pelas gerações de mulheres que lutaram pela estruturação de sua própria identidade política.”*

Quanto às informações sobre idades de ocupação do primeiro cargo eletivo, estas traduzem diferenças quando se compara deputados e deputadas no Maranhão. A pesquisa de Grill (2007) revela um ingresso mais cedo entre os homens, mais de 70% dos casos estrearam com idade inferior a 35 anos, sendo que no Maranhão 25% antes dos 25 anos. As deputadas maranhenses estrearam na carreira política de forma mais “tardia” quando comparadas aos deputados. Entre as mulheres eleitas deputadas federais no Maranhão, apenas Marcia Marinho ocupa o cargo antes dos 35 anos. As parlamentares eleitas pelo Rio Grande do Sul dividem-se entre aquelas que entraram na

arena de cargos eletivos precocemente (antes dos 30 anos) - Luciana Genro, Maria do Rosário e Manuela D'Ávila - e as demais – Kelly Moraes, Ester Grossi, Yeda Crusius e Ana Corso (com 40, 59, 50 e 41 anos) - que entraram tardiamente (depois dos 40 anos). As deputadas federais do Maranhão ingressaram na carreira eletiva após os 30 anos (31, 37, 47 e 62 anos).

Avelar (2001) chama atenção para os ciclos de vida da mulher que em geral são segmentados conforme a situação conjugal e a maternidade como um dos fatores que contribuem para uma entrada “tardia” das mulheres. Mais adiante apresento alguns relatos das deputadas entrevistadas quanto a difícil conciliação entre a dedicação familiar e a política. Avelar (2001) destaca:

Com o casamento, a mulher amplia o campo de suas tarefas domésticas, assumindo outras responsabilidades que irão demandar mais tempo e energia. Com a maternidade, mais ainda, tempo e energia tornam-se cruciais na vida da mulher. As tarefas extra-família tornam-se cada vez mais seletivas. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas envoltivas, como é o caso da política. (Avelar, 2001:153)

Isso não significa que devemos desconsiderar o que impõe a especialização na política no que se refere a uma dedicação da maior parte do tempo dos agentes às atividades políticas. Na carreira eletiva elas podem ter entrado com uma idade mais avançada do que os deputados, mas todas tiveram atuação prévia em esferas sociais distintas, que possibilitam uma aprendizado lento e progressivo, podendo reproduzir reconhecimento nas disputas eleitorais, como por exemplo atuação de Terezinha Fernandes no movimento estudantil, atuação partidária e trabalhos desempenhados nas campanhas do esposo.

Ainda vale destacar que a que entrou mais tarde, Nice Lobão, é a que tem o maior número de mandatos como deputada (está no terceiro mandato, somando atualmente 10 anos de mandatos eletivos). Roseana Sarney iniciou na carreira eletiva em 1991 quando assumiu como deputada federal, foi eleita por dois mandatos consecutivos governadora do Maranhão (1994 e 1998) e atualmente é senadora, somando um total de mais de 16 anos de mandatos eletivos. Márcia Marinho depois de ser deputada federal

foi eleita em 2000 prefeita do município de Caxias e atualmente tenta retornar à prefeitura de Caxias sendo candidata pelo PMDB. Esses dados revelam a busca de continuidade dessas mulheres no interior do espaço político maranhense, próprio da exigência da profissionalização política.

Somando-se ao tempo de mandatos eletivos, no estudo da profissionalização política no Maranhão, pude identificar outras variáveis que estabeleceram pistas quanto a lógica do sucesso dessas mulheres nas urnas. Questionei se houve ou não uma reconversão de uma notoriedade profissional, se tiveram acesso ao ensino superior; se estas possuem ou não parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos; se estas ocuparam cargos de representação política (tais como secretarias, presidência de partido) previamente; participaram ou não de algum movimento social.

Quanto ao grau de escolarização das deputadas, o investimento no título superior só não é observado em apenas uma deputada, Nice Lobão. Entre os homens a importância dada ao diploma de curso superior também é notória, dentre os deputados estudados por Grill (2007) 85% possuem título superior.

Entre as deputadas maranhenses e gaúchas, em termos de escolarização destaca-se a predominância de casos com títulos superiores, a formação em cursos ligados às áreas de humanas no dois estados e observa-se, a maior diversificação das vias de obtenção de títulos superiores no Rio Grande do Sul em relação ao Maranhão. Entre as sete deputadas gaúchas, seis possuem curso superior, sendo que: uma formada em pedagogia pela UFRGS; outra em educação artística pela UCS; outra em Letras pela PUC de Porto Alegre; outra em matemática pela PUC (com mestrado e doutorado); outra em Jornalismo também na PUC e Ciências Sociais incompleto na UFRGS; e, por fim; uma em economia pela USP (com especialização e mestrado). Entre as quatro deputadas maranhenses, três possuem curso superior, sendo que: uma é formada em Ciências Sociais pela UNB; outra em Letras pela UFMA; e, finalmente, a terceira em medicina pela UFMA.

Isso se traduz em diferentes ocupações exercidas. No Rio Grande do Sul, as cinco deputadas que exerceram uma profissão antes de assumir um cargo político são ligadas ao magistério. No Maranhão, as três deputadas que atuaram profissionalmente estiveram vinculadas a funções públicas (administrativas). O que corrobora as indicações sobre o conjunto dos casos que apontam para o peso das carreiras como professores entre

deputados gaúchos e a relevância da passagem por cargos administrativos entre deputados maranhenses.

Quanto ao grau de escolarização e o uso destes como trunfo político, destaco o acionamento feito de forma diferenciada por Roseana Sarney e Terezinha Fernandes, ao se beneficiarem do espaço acadêmico. Enquanto a primeira fez uso nos jornais do título de socióloga na campanha de 1990, a segunda utiliza-se muito mais do espaço acadêmico na constituição de seu capital político oportunizado pela participação no movimento estudantil, do que do título propriamente, mais adiante retomarei de forma mais detalhada a trajetória política de Terezinha Fernandes. Como aponta Grill (2007) “os trunfos oportunizados pelo acesso ao ensino superior (título, relações, socialização no movimento estudantil, entre outros) são extremamente relevantes para o desdobramento das carreiras políticas”.

Gonçalves (2006) em seu estudo sobre a trajetória política de Roseana Sarney, destaca os atributos e autodefinições de validação de seu capital simbólico referido à Campanha Eleitoral de 1990.

Vem à tona a formação acadêmica de Roseana Sarney Murad- atributo de sustentação do peso do capital simbólico que afirma deter, independentemente de seu pai José Sarney. Ser “socióloga” constitui-se em capital cultural legitimador que autoriza seu discurso. Falará na condição de candidata, mas de uma candidata que é “socióloga”.(GONÇALVES, 2006:95)

Barreira (2006) quando fala no capital político das deputadas e senadoras apresenta situações diferentes que podem ser complementares para se pensar em um perfil político das representantes no Congresso Nacional. A autora destaca duas condições relevantes para a conquista de cargos de representação política: o capital político de base familiar e a participação em movimentos sociais. Mostra que 36% das deputadas e senadoras iniciaram a vida política em movimentos sociais diversos (incluindo lutas sindicais, movimento estudantil, luta pela terra e movimento feminista) e 25% tiveram influência familiar via filiação ou matrimônio com ascendente político e 17% ocuparam cargos de confiança em secretarias do governo. Nas palavras da autora:

Mulheres apoiadas por sindicatos, defensoras de interesse feministas ou atuantes em partidos políticos atestam a importância de se pensar na elaboração de carreiras políticas mediante formas visíveis de atuação no espaço público. A influência familiar também contribui para a ocupação de cargos legislativos (esposas ou filhas de político) ocorrendo também situações de parentesco não excludentes com a participação em movimentos sociais variados. (BARREIRA, 2006:12)

No Maranhão, a ocupação de cargos públicos e relações de parentesco com políticos são variáveis sociais que podem ser identificadas em todas as deputadas federais eleitas no período compreendido da pesquisa. Roseana Sarney foi a que ocupou o maior número de cargos públicos antes de se eleger deputada federal, é também a que possui vínculos de parentesco com diferentes ascendentes políticos.

Marcia Marinho foi nomeada secretária municipal da Criança e Ação e Social em Caxias no período em que seu marido Paulo Marinho foi prefeito do referido município de 1993 a 1996. Nice Lobão ocupou o cargo de Secretária de Ação Social do Estado do Maranhão no período de 1991 a 1994, sendo seu esposo Edison Lobão governador do Estado nesse mesmo período. E Terezinha Fernandes foi Secretária Municipal do Desenvolvimento Social de Imperatriz entre 2001 e 2002, nesse período seu esposo Jomar Fernandes era prefeito de Imperatriz.

No Rio Grande do Sul, casos de relações de parentesco com políticos das mulheres eleitas deputadas também pode ser identificado, duas das deputadas federais que iniciaram a carreira como secretarias municipais (Ana Corso e Kelly Moraes) chegaram ao cargo nas gestões dos maridos prefeitos. Uma das atuais deputadas federais do Rio Grande do Sul, Luciana Genro, é filha de um ex-vereador, deputado federal, vice-prefeito e prefeito de Porto Alegre, além de ser Ministro do governo de Luís Inácio Lula da Silva há 6 anos. Outra parlamentar, Maria do Rosário, é casada com um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores que já concorreu a deputado estadual e ocupou cargos de primeiro escalão nos governos controlados pelo partido no município de Porto Alegre, no estado e no país.

3-O espaço de concorrência política a partir das representações dos agentes

O espaço da política é o espaço onde os concorrentes se opõem a partir de concepções sobre o mundo social e visões sobre a “política”. Por meio das entrevistas

realizadas com sete mulheres que conseguiram ‘entrar na política’ maranhense (duas ex-deputadas estaduais, uma ex-deputada federal e quatro deputadas estaduais da atual legislatura) busquei identificar quais os princípios que regem a disputa eleitoral no Maranhão. A apresentação dos depoimentos a seguir visa destacar os aspectos mencionados e valorizados pelas deputadas como qualidades necessárias para se fazer política. Segue abaixo alguns relatos.

*Você tem que ter **vivência**, você tem que **ter cultura**. Hoje por exemplo nas discussões, na busca dos projetos, **se você não tiver conhecimento a coisa passa despercebida**. (...) Quando você não tem um nível muito bom de cultura, não tem muito conhecimento fica difícil e se for mal assessorado, fica ainda mais difícil, porque não tem que lhe abra. (...) Eu acho que você tem ter cultura e **tem que ter amigos**, para você deslanchar no seu trabalho. **Se você tem um conhecimento muito grande, mas se você não tem amizade, com os seus amigos que estão lá fazendo as secretarias**, que passam esse senso de responsabilidade, de comprometimento que você tem... **as pessoas não tem interesse em lhe ajudar, é nesse aspecto**. (...) Eu entrei em quase todas as áreas onde tinha necessidade. Porque você vê a minha vida começava às sete horas e não tinha hora para acabar... meia noite, uma hora. Eu passei doze anos assim. Porque você tá na Assembléia e lá você está a mil anos e de lá você vai para as secretarias, para levar as solicitações dos bairros. Nossa não é fácil é muito difícil. (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07)*

*Olha do meu ponto de vista, a minha expectativa é o Dutra que **já tem experiência** então o Dutra tem possibilidade de se destacar. O Flávio, porque o Flávio tem **domínio em uma área, que é essa área mais ligada ao Direito, ao mundo do Direito**. Ele tem essa possibilidade. (...) Na tribuna o Dutra se destaca. O Dutra tem destaque como **orador, que ele vai e fala mesmo, ele é falador**. (Terezinha Fernandes, entrevista em 03/04/07)*

No primeiro trecho reproduzido da entrevista, a fala é da ex-deputada estadual Marly Abdalla, viúva do ex-presidente da Federação das Indústrias Alberto Abdalla. Esta teve três mandatos no Maranhão pelo antigo PFL, de 1990 a 2002. Foi candidata a vice-prefeita de São Luís em 2004, exerce a direção da Universidade Integrada da Terceira Idade- UNITI na UFMA desde 2005 e atualmente disputa uma vaga de vereadora pelo DEM nas eleições municipais de São Luís. Em seu depoimento pode-se identificar alguns elementos sendo valorizados como aspectos indispensáveis para se obter êxito na carreira eletiva, tais como: ‘vivência’, conhecimento e amizade. Dentre essas qualidades mencionadas, pude perceber que a informante não atribuía peso igualitário para todas, o recurso das relações sociais parece ter um peso maior. Isso pode ser observado no seguinte fragmento: “*se você tem um conhecimento muito grande, mas não tem amizade com os seus amigos que estão lá fazendo as secretarias (...) as pessoas não tem interesse em lhe ajudar*”. A amizade com as pessoas que ocupavam as

secretarias e com políticos situados em diferentes níveis da hierarquia política é o que possibilitava um melhor atendimento de suas bases eleitorais. Marly Abdalla (DEM) afirmava no decorrer da entrevista que teve bom trânsito nas secretarias e boa relação com os colegas da Assembléia, afirmou que todos a chamavam de tia Marly por conta da administração da educação infantil do SESI. *“Carinhosamente tia Marly pra cá, tia Marly pra lá, porque pegaram das crianças. Um respeito muito grande por mim”* (Marly Abdalla, entrevista 05/03/07)

A amizade é um trunfo importante na conquista de aliados eleitorais, esta pode facilitar os *acessos*⁶, Kuschnir (2000) destaca que só se consegue acessos através de relações com pessoas e não com o poder público distante. Isso pode ser exemplificado através do depoimento de Marly Abdalla (DEM) sobre Roseana Sarney na época em que era governadora facilitando suas atividades políticas na área habitacional. Marly Abdalla relata:

*Eu tive muitos projetos, modéstia parte muito atuante. Fiz moradia ali na Cidade Operária nós temos o Recanto dos Pássaros, foi um projeto da Ozinete e a parte política foi minha. Depois **nós fizemos o Marly Abdalla I e Marly Abdalla II lá na Cafeteira, onde são 750 casas. Foi a governadora Roseana Sarney que doou o terreno** para que eles fizessem a moradia e a parte política também foi feita por mim com a mesma pessoa que é a Ozinete, que a parte do social era com ela.* (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07)

No segundo caso destacado a fala reproduzida é da ex-deputada federal Terezinha Fernandes (PT), esposa do ex- deputado estadual e ex-prefeito da cidade de Imperatriz (MA) Jomar Fernandes (PT). Atualmente ela ocupa a Secretaria do Trabalho e Economia Solidária no governo Jackson Lago (PDT). Terezinha Fernandes (PT) apresenta em seu depoimento algumas qualidades de ‘liderança’ que considera importante no desempenho e destaque nas atividades políticas: experiência, domínio da área do Direito e ser bom orador são alguns dos atributos mencionados pela entrevistada. Quando questionada sobre a possibilidade de destaque dos deputados recém- eleitos⁷, ela menciona Domingos Dutra (PT) e Flávio Dino (PCdoB). Em relação ao primeiro destaca a experiência como trunfo político, Dutra (PT) já foi eleito duas vezes deputado estadual em 1990 e em 2002. Em 1996 foi eleito vice-prefeito de São

⁶ Para Kuschnir “[...] a conquista de acessos, ou a entrada para a política, é resultado da colaboração dos membros de uma rede em uma série de trocas. Votos, cargos, indicações, pedidos de promoção, interferência em processos burocráticos e legais, encaminhamento de pedidos são os principais recursos de que os Silveira dispõem para trocar com os membros de sua rede. Em contrapartida, recebem financiamentos, bens materiais e ajuda em forma de trabalho na campanha. Esta é a base que constitui o sistema de dar, receber e retribuir acessos.” (Kuschnir, 2000:105)

⁷ Nas eleições de 2006 para deputado federal, a entrevista foi realizada em abril de 2007.

Luís. Enquanto que Flávio Dino (PCdoB) ocupa pela primeira vez um cargo eletivo, mas sua atuação na área do Direito é destacada por Terezinha Fernandes (PT) como recurso agenciado em seu favor no cenário político. Flávio Dino (PCdoB) advogou para diversos sindicatos e de 1994 a 2006 foi Juiz Federal.⁸ A eloquência é um outro elemento enfatizado por Terezinha Fernandes (PT), que afirma que Dutra(PT) se destaca como orador. Apesar da Terezinha Fernandes não mencionar, Dutra (PT) também é da área do Direito, tendo prestado assistência jurídica a diferentes setores dos movimentos sociais. Com suas devidas peculiaridades a trajetória de ambos lembram o que afirma Bourdieu (1998:191) sobre a reconversão para a política do capital de notoriedade *“é freqüentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência”*.

A deputada Telma Pinheiro (PTB) ao falar de sua trajetória política, menciona que a ocupação de cargos públicos anteriormente contribuiu, atrelado às suas atividades profissionais. Como pode ser observado no trecho da entrevista abaixo:

Como eu era da prefeitura desde 69, ingressei no quadro como funcionária, e a partir daí formada em engenharia fui ser engenheira do quadro dos servidores da prefeitura. E eu fui ocupando os cargos mesmo por trabalho, por reconhecimento de trabalho, não foi nada político, fui indicada por prefeitos, por governadores, para ocupar cargos de confiança por trabalho mesmo, por competência profissional. (...) Quando em 83 eu ocupei a Secretaria de Urbanismo em São Luís, depois fui ser Secretária de Terras e Habitação, depois Secretária de Infra-estrutura e de Obras (...) o meu trabalho como técnica na época, houve um reconhecimento da sociedade ludovicense porque fui a vereadora mais votada em 95 aqui em São Luís e como deputada estadual de dois mandatos, no primeiro mandato eu tive um bom número de votos, no segundo mandato, na segunda eleição, eu quadruplei o número de votos.(...)então eu volto 10 anos depois a ocupar uma secretaria que tem exatamente esse mesmo objetivo, de cidades, de organização social, da questão do uso do solo, da habitação, enriquecido agora pela minha experiência política.

Outro fator mencionado pelas entrevistadas como mecanismos que contribuem para o sucesso nas urnas é o vínculo com familiares políticos. As deputadas Fátima Vieira (PP) e Graça Paz (PDT) destacam:

Hoje eu ser deputada estadual no Maranhão o grande peso foi meu pai já ter iniciado, já ter uma política muitos anos. Então houve uma necessidade de uma candidatura minha e o reconhecimento de

⁸ Para saber mais sobre a reconversão dos trunfos constituídos no espaço profissional de Flávio Dino para política ver Barros Filho (2007) que realizou um estudo sobre as diferentes lógicas que unem recursos sociais, herança política e atividade profissional no percurso de Flávio Dino.

todo trabalho que foi feito tanto pelo meu pai como por mim durante a administração no município de Bacabal e na região do Médio Mearim. (...) A minha campanha eu devo ao reconhecimento dos trabalhos feito por ele, ao nome dele, as iniciativas dele, o apoio, tanto apoio financeiro, como todo apoio que foi dado pelo meu pai. (Fátima Vieira, entrevista em 07/03/07)

Hoje sou formada em Administração de empresas e entrei na vida política através de meu marido, que foi deputado por três mandatos consecutivos e terminou que passou essa missão para mim. Todas às vezes eu acompanhava, eu que fazia a campanha em toda baixada maranhense porque eu sou da baixada e ele é da região do sertão maranhense e eu tomava conta da campanha lá na região da baixada, ia em vários municípios. E como a minha família já era envolvida na política, então nessa ocasião eu já não era uma criança, uma mulher, mãe, e meus primos prefeitos e eu tinha também um irmão prefeito e daí a gente fez essa política no interior. (Graça Paz, entrevista em 07/03/07)

Fátima Vieira é filha do ex-prefeito da cidade de Bacabal (MA) José Vieira (PSDB), foi diretora do Pronto Socorro de Bacabal (MA) por 5 anos e está atualmente exercendo seu primeiro mandato de deputada estadual. Segundo Fátima Vieira (PP) o reconhecimento que obteve de seus eleitores nas urnas se deve aos trabalhos e apoio de seu pai. O uso dos laços de parentesco com personalidades políticas como trunfo eleitoral pelas deputadas federais e estaduais no Maranhão será melhor discutido no capítulo 2, já adianto que são vários os casos de herança política, lembrando que esses aspecto não se restringe ao universo de candidaturas no Maranhão.⁹

Graça Paz (PDT) é esposa do ex-deputado estadual e atual candidato a prefeito de São Luís Clodomir Paz (PDT), está no seu segundo mandato de deputada estadual. No relato de Graça Paz (PDT) as relações familiares também são apontadas como um recurso para entrada na política. Seu envolvimento nas campanhas do marido e a experiência política de sua família na região da baixada maranhense são enfatizadas pela deputada. Outro aspecto que pode ser notado em sua fala é a questão de conceber a atividade política como “missão”. O esforço de denegação (Offerlé, 1997) da condição de profissional político, é recorrente na visão das atividades políticas das deputadas entrevistadas. Muitas quando questionadas sobre como entraram na política afirmavam que no início não queriam, foram impulsionadas “pela pressão”, pela “missão social”.

⁹ Como mostra o trabalho de Grill (2003:85) sobre o Rio Grande do Sul: “ Mesmo após vinte anos de estruturação do sistema partidário (pós-regime militar), apesar da rotinização de eleições em todos os níveis e a despeito de que o universo empírico refere-se a um dos contextos em que a “fidelidade partidária” e a “politização” da população são exaltadas como virtudes ímpares, não há qualquer indício de tendência a que candidatos provenientes de “famílias de políticos” constituam uma raridade entre os profissionais da política”.

A deputada Graciete Lisboa (PSDB), ex-esposa do médico e prefeito da cidade de Bacabal (MA) Raimundo Lisboa (PDT), quando fala de sua atuação na Secretaria de Saúde de Bacabal, afirma que nesse período não pensava em disputar cargo eletivo.

*Não, não. Eu achava que muita coisa podia mudar, eu tinha muito medo da questão política (...)Mas por atender esse público que era muito carente, que me procurava, que muitas vezes nem chegava até ele, muitas vezes eu tirava do bolso, comprava o remédio ou tirava da própria secretaria, enfim dava meu jeito, muitas vezes ele nem ficava sabendo e eu já tava resolvendo. **E por atender esse povo... então começou por aí.** (Graciete Lisboa, entrevista em 30/08/07)*

Marly Abdalla (DEM) também menciona durante a entrevista que não queria entrar na política representativa só aceitou devido à pressão que recebeu nos bairros. Ela afirma:

*Então eu tive um convite da Divinéia na época para que eu fosse candidata. E eu disse que **não, não quero me meter em política.** Eu quero ser política só para fazer o social mesmo. **Mas aí houve uma pressão muito grande, até a mão eles fizeram os meus retratos.** Aí eu conversei em casa, que as pessoas queriam que eu fosse candidata.-Olha política traz muito sofrimento, você é muito sensível é melhor não ser- **mas a pressão foi tão grande nos bairros** que eu acabei aceitando e eu fui uma das mais votadas, na primeira, na segunda e na terceira eleição.(Marly Abdalla, entrevista em 05/03/08)*

Em relação ao uso do gênero como mecanismo para obtenção de legitimidade política nas campanhas, das deputadas entrevistadas a que deu mais ênfase nesse aspecto foi a Terezinha Fernandes (PT), a deputada Graça Paz (PDT) também mencionou que fez uso, mas segundo ela com muita cautela, para não perder os votos masculinos.

Eu tenho a impressão, também não é dado científico, que o fato de eu ser mulher me ajudou muito na campanha, porque assim, tem poucas mulheres participando, que chega que sobe no palanque. Então eu chego nos palanques e só tem homens, chego em determinadas mesas de reunião, debates, seminários, eu chego lá só tem homens, só tem eu de mulher. Então isso ajuda muito de uma certa forma, porque você chega e fala e não sei o que é, marca. Meu Deus em quantos e quantos lugares eu andei por aí e as pessoas falando ‘nossa que maravilha, vou votar em você’, de tantos discursos no meio de homens o meu se destacava. Então isso me beneficiou. (Terezinha Fernandes, entrevista em 03/04/07)

Eu não atentei muito pra isso, mais aqui acolá nos discursos da gente, a gente pede. Mas eu tinha muito cuidado de pedir os votos para as mulheres, mas ao mesmo tempo eu já tava ali, peço também o voto dos homens porque eu tinha uma liderança e a grande maioria do sexo masculino e isso nunca me dirigia muito a mulher porque a gente fica até preocupada de está ofendendo os homens, porque quando eu fazia isso, acontecia de um homem ou outro dizer assim: “Ah a senhora não quer nosso voto?!”

A relevância dos aspectos levantados pelas deputadas - competência profissional, talento oratório, laços de parentesco, experiência política, ocupação de cargos públicos, capital de relações sociais- sobre os recursos acionados no espaço de concorrência eleitoral

maranhense, evidenciam variações quanto a condição de acesso e consolidação na carreira eletiva.

Outro fator que contribui para a condição de acesso dessas mulheres na política é a Lei de Cotas. Apesar das limitações dessa lei no Brasil, já discutidas anteriormente, as deputadas maranhenses, se posicionaram positivamente sobre a questão das cotas e do compromisso dos partidos em relação à questão da mulher no parlamento. Das 7 deputadas entrevistadas todas afirmaram acreditar que a política de cotas incentiva de alguma forma a participação feminina no parlamento. A ex-deputada federal Terezinha Fernandes (PT) afirmou que no início era contra essa proposta, mas que atualmente tem uma visão diferente, apesar de ainda considerar algumas críticas:

E- E em relação a política de cotas a senhora acha que incentivou as candidaturas ou não, a senhora tem acompanhado?

Quando o PT começou a discutir essa proposta, essa proposta é da Marta né? Eu era contra, eu achava que nos iríamos conseguir conquistar o nosso espaço sem precisar de esmola. Então eu fui contra na época. Mas hoje eu já tenho uma visão diferente, eu acho que cumpriu um papel (...) eu acho que cumpriu uma etapa, porque garantiu com que efetivamente naquele momento, o partido se preocupasse em trazer e atrair mais mulheres para o seu espaço.(...) Hoje eu tenho a impressão que acabou que criando uma área de conforto. (...) Então que acontece geralmente? Eles deixaram de se esforçar pra atrair mulheres para que a mulher possa participar efetivamente e se conformam em ter mulheres apenas para ocupar aquelas vagas, elas efetivamente não estão disputando, é só pra constar. Mas eu acho que houve um espaço de tempo em que isso foi importante sim , e as mulheres de fato tanto que a gente encontra as mulheres por aí participando em função disso. Eu acho que não é pra resolver, não resolveu o problema, a idéia não era essa a gente sabia que não resolvia. Mas eu acho que deu um impulso sim. (Terezinha Fernandes)

A deputada estadual Graça Paz (PDT) afirmou que as cotas estimularam a participação das mulheres nas disputas eleitorais, apesar do PDT não ter cumprido o preenchimento mínimo de 30%. A deputada afirma que o partido tem um compromisso muito grande em relação ao interesse das mulheres. Em entrevista ela destaca:

Estimulou porque antes cota mínima era mínima para o sexo feminino, graças a Deus isso foi reformulado. Hoje é 30% no mínimo e no máximo 70% para qualquer um dos sexos. Não tem a cota mínima para a mulher, a mulher pode ter vaga até 70% dentro do seu partido.

E- E dentro do seu partido, ele cumpriu nas últimas eleições com esse preenchimento mínimo de 30%? Infelizmente não, apesar de nós termos essa cota 30% de preenchimento mínimo e máximo 70% para candidaturas de ambos os sexos, mesmo assim essa cota não é preenchida pelas mulheres (...) O PDT tem uma atuação muito participativa eu diria no Brasil, principalmente falando a nível de Maranhão, principalmente falando a nível de São Luís. Nós temos mulheres aí na luta é pelos direitos da nossa classe e dentro do PDT, principalmente dentro da militância do PDT, existe um trabalho muito grande, em relação ao interesse das mulheres. (Graça Paz, entrevista em 07/03/07)

A ex-deputada estadual Marly Abdalla (PFL) não considera as cotas como fator mais importante nas disputas eleitorais, pode até incentivar de alguma forma, mas

aponta outros fatores que considera importante para o sucesso nas urnas. Quando questionada acerca da eficácia da política de cotas, Marly Abdalla enfatiza:

É eu acho que ainda é muito insignificativo, não abrange... A mulher tem que ser mais audaciosa, a mulher tem que ser mais corajosa, a gente ver que tem até algumas partindo assim, se saindo... mas eu ainda acho que tem que crescer muito, tem que lutar mais, tá faltando mais coragem para a mulher enfrentar e as vezes condições também infelizmente, porque para entrar numa campanha você tem que ter carro, tem que ter combustível, uma série de coisas e você vê que uma pessoa mais humilde tem a tendência, mas não tem as condições. A política de cotas apenas incentiva de alguma forma. (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07)

Deputadas Estaduais no Maranhão

Da eleição realizada em 1982 até a última, em 2006, foram eleitas no Maranhão um total de 22 deputadas estaduais conforme pode ser observado no quadro 4. Em comparação com as deputadas federais considere as mesmas variáveis: primeiro cargo eletivo, idade de ingresso na carreira eletiva, grau de escolarização, ocupação de cargos públicos, atuação parlamentar e vínculos de parentesco com políticos. Os dados foram em grande parte adquiridos através da biblioteca e dos arquivos do setor de cadastro parlamentar da Assembléia Legislativa do Maranhão. Utilizei ainda para análise 6 entrevistas em profundidade com atuais e ex-deputadas (Graça Paz, Fátima Vieira, Graciete Lisboa, Telma Pinheiro, Marly Abdalla e Maura Jorge), estas relataram além de dados sobre suas origens sociais, percursos profissionais e políticos, aspectos sobre suas representações, valores sobre ‘a política’ e suas posições sobre questões referentes a participação da mulher na política

Percebe-se através do quadro abaixo que no decorrer dos anos houve um aumento considerável no número de deputadas eleitas no Maranhão. Observa-se que tanto nas eleições de 1982 como na de 1986 apenas uma mulher conseguiu ser eleita deputada estadual, Conceição Mesquita (PMDB) e Conceição Andrade (PMDB) respectivamente; já durante a legislatura de 1999 a 2002 as mulheres ocuparam um número maior de cadeiras na Assembléia Legislativa Maranhense, somando um total de 11 deputadas. Atualmente a Assembléia Estadual do Maranhão conta com a participação de 7 mulheres: Maura Jorge (DEM), Helena Heluy (PT), Cleide Coutinho (PSDB), Graciete Lisboa (PSDB), Fátima Vieira (PP), Graça Paz (PDT) e Elisiane Gama (PPS). Apresento abaixo no quadro sinótico as propriedades sociais das deputadas estaduais

Quadro 4: Mulheres eleitas deputadas estaduais no Maranhão (1982-2006)

ANO	Nº de mulheres eleitas	Nome das deputadas estaduais
1982	1	Maria da Conceição S. Mesquita(PMDB)
1986	1	Conceição Andrade(PMDB)
1990	2	Maura Jorge(PFL) Marly Abdalla(PFL)
1994	3	Marly Abdalla(PFL) Janice Braide(PSD) Maria Aparecida Cardoso (PRP)
1998	11	Maura Jorge (PFL), Malrinete Valério(PRP), Marly Abdalla(PFL), Luzivete Botelho(PSDB), Janice Braide (PSD), Sandra Rodrigues (PSC), Maria Aparecida Queiroz Furtado (PL), Tereza Murad (PDT), <i>Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT), Maria da Graça Nunes Melo</i> ¹⁰
2002	8	Graça Paz (PDT), Tereza Murad(PSB), Maura Jorge (PFL), Janice Braide(PSD), <i>Gardênia Maria Santos Ribeiro Gonçalves</i> , Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT), Cristina Archer(PSDB), Socorro Waquim(PMDB)
2006	7	Eliziane Gama (PPS), Fátima Vieira (PP), Graça Paz (PDT), Graciete Lisboa (PSDB), Cleide Coutinho (PSDB), Helena Heluy (PT), Maura Jorge (DEM)

¹⁰ Nas eleições de 1998 Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT) e Maria da Graça Nunes Melo tinham ficado como suplente assumindo posteriormente. O mesmo aconteceu nas eleições de 2002 com Gardênia Maria Santos Ribeiro Gonçalves.

Quadro 5- Quadro sinótico dos percursos das deputadas estaduais no Maranhão (1982-2006)

DEPUTADA	PRIMEIRO CARGO ELETIVO	IDADE QUE OCUPOU O PRIMEIRO CARGO ELETIVO	FORMAÇÃO/PROFISSÃO	OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADA	LAÇOS DE PARENTESCO COM ASCENDENTE POLÍTICO
CONCEIÇÃO MESQUITA	Vereadora em Coroatá	40	Ens.Médio Empresária/Administração Hospitalar	Diretora-Presidente da Casa de Saúde e Maternidade Dr. João Mota em Coroatá de 1975 a 1979	Cônjuge (foi deputado estadual)
CONCEIÇÃO ANDRADE	Deputada Estadual	31	Direito/Advogada	Não se aplica	Não se aplica
MARLY ABDALLA	Deputada Estadual	51	Pedagoga/Administração escolar	Não se aplica	Filho
MAURA JORGE	Deputada Estadual	29	Direito/Advogada	Não se aplica	Mãe e cônjuge (esposo foi prefeito de Arari)
APARECIDA CARDOSO	Deputada Estadual	37	Ens. Médio/téc. Contabilidade	Não se aplica	Não se aplica
APARECIDA FURTADO	Prefeita de Paraibano-Maranhão (1993 a 1996)	38	Ens. Médio/Empresária	Não se aplica	Não se aplica
JANICE BRAIDE	Deputada Estadual	52	História/Escrivã	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi

					prefeito de Santa Luzia)
MALRINETE VALÉRIO	Deputada Estadual	33	Ens. Médio/Comerciante	Tesoureira Municipal do município de Bom Jardim-MA em 1997	Pai (filha de ex-prefeito de Bom Jardim)
TELMA PINHEIRO	Vereadora de São Luís (1997 a 1999)	45	Eng ^a Civil- UEMA	- Assessora Especial da Prefeitura em São Luís-MA de 1972 a 1983; - Secretária Municipal de Urbanismo em São Luís-MA de 1980 a 1983; - Secretária Municipal de Planejamento em São Luís-MA de 1987 a 1988; - Secretária Municipal Adjunta de Administração em São Luís-MA de 1994 a 1995; Secretária Municipal de Infra Estrutura em São Luís-MA de 1995 a 1996.	Não se aplica
SANDRA	Deputada Estadual	28	Ens. Médio/Empresária	- Secretária Municipal de	Cônjuge (esposo foi

RODRIGUES				Desenvolvimento Econômico, Assistência Social e do Trabalho do município de Timon-MA de 1997 a 1998	prefeito de Timom)
MARIA DA GRAÇA MELO	Prefeita de Pedreiras-Ma (1989 a 1992)	49	Ens. Médio/Empresária	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi prefeito de Pedreiras)
LUZIVETE BOTELHO	Vereadora em Açailandia por dois mandatos (1989 a 1996)	29	Superior/Func. Pública Federal	- Assessora no Ministério do Trabalho em Brasília-DF em 1983; - Secretária do Ministro Almir Pazzianoto em 1984.	Cônjuge (esposo foi prefeito de Açailandia)
CRISTINA ARCHER	Deputada Estadual	48	Comunicação Social	- Secretária Municipal de Desenvolvimento Social no município de Codó-MA de 1997 a 2000; - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social no município de Codó-MA de 2000 a 2002.	Cônjuge (ex-esposa do prefeito de Codó)
GRAÇA PAZ	Deputada Estadual	50	Administração	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi deputado estadual)
HELENA HELUY	Vereadora de São Luís (1997 a 2000)	54	Direito/Jornalismo- UFMA	Não se aplica	Não se aplica

GARDÊNIA GONÇALVES	Deputada Estadual	44	Arquiteta	Não se aplica	Pai (foi governador do Maranhão) e mãe (foi prefeita de São Luís).
TEREZA MURAD	Prefeita de Coroatá (1993 a 1996)	37	Ens. Médio/Empresária	Não se aplica	Pai (foi deputado),cônjuge (esposo foi prefeito de Coroatá)
SOCORRO WAQUIM	Deputada Estadual	48	Licenciada em Geografia-UFPI/professora universitária	- Secretária Municipal de Educação no município de Timon-MA de 1993 a 1996; - Assessora de Educação na Gerência de Desenvolvimento Regional em Caxias-MA de 1999 a 2000; - Gerente da Gerência Regional de Caxias-MA em 1999; - Gerente Municipal de Desenvolvimento Humano no município de Caxias-MA de 2001 a 2002.	Cônjuge (esposo foi vereador por 5 mandatos em Timon, foi eleito deputado federal)
GRACIETE LISBOA	Deputada Estadual	51	Ens. Médio/Func. Pública	- Secretária de Ação Social de Bacabal de	Cônjuge (ex-esposa do prefeito de Bacabal)

				2005 a 2006.	
FÁTIMA VIEIRA	Deputada Estadual	47	Pedagogia- Universidade da Paraíba (privada)	- Diretora de Pronto Socorro no município de Bacabal de 2001 a 2005.	Pai (filha de ex-prefeito de Bacabal)
CLEIDE COUTINHO	Vice-prefeita do município de Caxias-MA em 1999	52	Medicina- Universidade Federal da Bahia	- Secretária de Saúde de Caxias de 1999 a 2000; - Secretária de Ação Social de Caxias de 2005 a 2006.	Cônjuge (esposo prefeito de Caxias)
ELISIANE GAMA	Deputada Estadual	30	Comunicação Social –UFMA	Não se aplica	Não se aplica

No que tange ao grau de escolarização/profissão¹¹ das deputadas estaduais percebe-se a predominância das seguintes categorias: empresárias (6), advogadas (3), funcionárias públicas (3), comunicólogas(2) e professoras/pedagoga (2). Identifica-se ainda uma médica, uma engenheira civil, uma arquiteta, uma administradora, uma contadora e uma historiadora (ver quadro 5). Das 22 deputadas apenas 7 cursaram até o Ensino Médio, demonstrando que 68,18% das mulheres que conquistaram vitórias nas urnas como deputadas investiram no diploma de curso superior.

Uma análise mais detalhada para identificação se houve a reconversão da atuação profissional das deputadas em trunfo político exigiria um estudo mais aprofundado da trajetória de cada uma delas, no entanto exemplifico rapidamente com dois casos: Helena Heluy (advogada) e Cleide Coutinho (médica).

No primeiro caso destaco um trecho da biografia produzida no site da Assembléia Legislativa ressaltando a atuação profissional de Helena Heluy na advocacia sempre em “defesa da causa dos oprimidos”.

*Filiada ao PT desde 1988, advogada, promotora de Justiça, procuradora de Justiça, jornalista, fundadora e membro da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de São Luís, Helena tem dedicado seu mandato à causa dos excluídos, dos sem teto, dos sem terra. Trata-se de uma luta ininterrupta em defesa dos postulados da democracia, da liberdade, dos direitos humanos, da mulher, das crianças, dos encarcerados etc. Como advogada, dedica sua vida à defesa da causa dos oprimidos. Em sua prática de vida, dá prova permanente de seu compromisso, coerência e coragem.*¹²

No trecho destacado percebe-se a ênfase na vinculação de sua atividade profissional com uma história militante, contribuindo para construção de uma imagem de porta-voz de causas legítimas. Através de sua atuação enquanto advogada conseguiu representar diferentes segmentos dos movimentos sociais, contribuindo para a construção de um poder simbólico que é produto dos atos subjetivos de reconhecimento, é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce. Como afirmou Bourdieu (1998:188) “o homem político retira sua força política da confiança que um grupo põe nele. Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos”

Somando-se aos vínculos estabelecidos com os movimentos sociais, as relações construídas ao longo de sua atuação profissional- fato de ter sido professora

¹¹ Foi considerada a principal profissão, com base nas fichas de cadastro parlamentar, preenchidas pelas deputadas

¹² Trecho extraído do site <http://www.al.ma.gov.br/helena/paginas/biografia.php> em 05/07/08

do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão e ter integrado por 25 anos o quadro do Ministério Público Estadual- possibilitaram a Helena Heluy o uso de estratégias de diferenciação na lógica de concorrência política. Então sua passagem pela UFMA, pelo Ministério Público, sua relação com os movimentos sociais e Igreja Católica¹³ demonstram como a disputa política compreende diferentes lógicas.

No segundo caso destaco alguns trechos do material de campanha da deputada Cleide Coutinho *“Dr^a. Cleide: uma história de luta pela saúde e compromisso social”*. O material em questão dispõem de 15 páginas onde observa-se a apresentação da candidata desempenhando diferentes papéis ao longo de seu percurso social- estudante, esposa, mãe, médica, política- com fotos que ressaltam o seu capital social constituído a partir das mais diversas lógicas, sempre relacionando a imagem da candidata ao seu cônjuge e ao município de Caxias.

Como a questão em pauta é o uso da atuação profissional como trunfo político, destaquei apenas as imagens e trechos que põem em relevo o desempenho da medicina em Caxias pelo casal Cleide e Humberto Coutinho. No entanto não se pode esquecer da multidimensionalidade dos recursos dos agentes políticos, acumulados em diferentes esferas sociais, sendo o uso da notoriedade profissional na busca por adesão de uma base eleitoral, apenas um desses recursos. Para uma compreensão dos diferentes papéis desempenhados pela deputada em questão, exigiria um estudo mais aprofundado, numa perspectiva mais etnográfica.

Na foto número 9 é destacada o início da carreira médica do casal ainda jovem no Hospital Miron Pedreira. No trecho desta foto percebe-se como é construída uma imagem de ‘inconformados com o atraso’, que atribuí ao casal a insatisfação com um determinado tipo de instalações médicas encontradas em Caxias no início de suas carreiras : *“as instalações da instituição frustraram os jovens médicos”*. Conferindo aos Coutinho a busca por melhorias na área da saúde no município : *“Logo depois, junto com outros profissionais alugaram instalações para montar um hospital e alguns anos depois construíram a Casa de Saúde e Maternidade de Caxias que se tornou a grande referência de saúde em todo Maranhão”*.

¹³ A deputada é fundadora e membro da Comissão Arquidiocesana Justiça e Paz de São Luís



Ilustração 1- Fotos da atuação profissional de Cleide Coutinho no município de Caxias

As fotos de números 10 a 14 enfatizam o sucesso profissional da dupla de médicos. Diz o material : “ ... *A Casa de Saúde foi o primeiro hospital do Maranhão a realizar um transplante de rim (...) as pessoas faziam fila para disputar uma consulta, uma cirurgia ou uma internação no hospital da Dr^a Cleide e do Dr. Humberto*”. Através das fotos e dos dizeres é creditado ao casal, a realização de uma série de benefícios públicos na área da saúde em Caxias.

O material de campanha da parlamentar mostra ainda a mobilização de vínculos constituídos em outros domínios com apoiadores visitando o hospital “*A fama dos médicos Cleide e Humberto Coutinho crescia na cidade e na região (...) inclusive com pessoas ilustres visitando o hospital, tal como o ministro do STJ, Edson Vidigal e o saudoso Senador Alexandre Costa*” (ver fotos 19 e 20). Abaixo das fotos 22 e 23 identifica-se no próprio material em questão a afirmativa de que “ *o sucesso profissional e pessoal do jovem casal levou ao sucesso político*”.



Ilustração 2- Edson Vidigal e Alexandre Costa visitando o Hospital administrado pelos Coutinho

Tais imagens demonstram não só a reconversão da exercício da medicina para a política, mas como Cleide Coutinho acionou seu capital social e político constituído ao longo de sua atuação profissional como médica, como esposa do Humberto Coutinho e na rede de relações pessoais com *grandes eleitores*¹⁴. Aqui vale lembrar um dos tipos de capital político identificado por Bourdieu (1998:192) o capital delegado, a presença nas fotos de pessoas como Edson Vidigal, Alexandre Costa e do próprio cônjuge investem, consagram Cleide Coutinho como candidata oficial a uma eleição – “ato propriamente mágico de instituição” -marcando a transmissão de um capital político.

¹⁴ “capacidade que os mesmos possuem em administrar adesões, fruto da mediação operada por eles entre diversos segmentos da população e o espaço político em níveis variados” (Grill, 1999)

Até mesmo nos slogans de campanha das duas deputadas- Helena Heluy e Cleide Coutinho -nota-se a evocação de suas atuações profissionais.



Ilustração 3- Material de campanha de Cleide Coutinho pra deputada estadual em 2006.

Com a figura de um estetoscópio no material de campanha, Cleide Coutinho convoca seu público eleitor com slogan “Saúde e Compromisso Social”. O pequeno trecho do material destaca sua singularidade feminina entre os candidatos, apresentando-a como “mulher de fibra, coragem e determinação” e ao mesmo tempo ressalta sua “competência profissional”.

Helena Heluy que desempenhou ao longo dos anos atividades como advogada, promotora de Justiça, procuradora de Justiça adota um slogan que também remete a sua atuação profissional, “Justiça pra toda vida”.

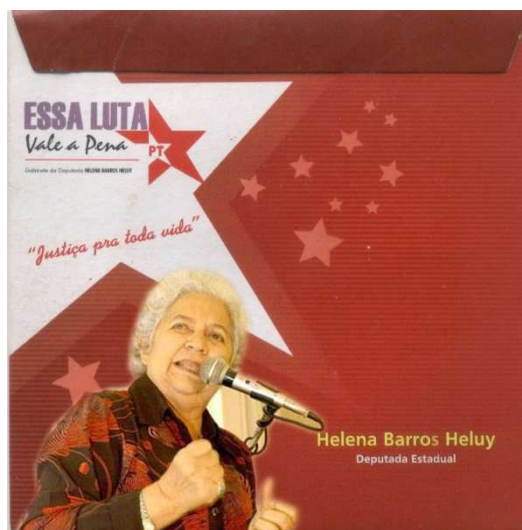


Ilustração 4- Capa do cd do relatório de atividades de Helena Heluy- 2007

Tentei demonstrar através dessa rápida abordagem, como a notoriedade profissional das duas deputadas em questão, foi utilizada como recurso político no empreendimento político. Outros exemplos poderiam ser explorados como o caso da deputada Elisiane Gama (PPS) e sua atuação profissional como comunicadora na rádio evangélica FM Esperança, a atuação como advogada da ex-deputada Conceição Andrade nas questões de conflitos de terras no Maranhão ou ainda a administração escolar do SESI (Serviço Social da Indústria) realizada durante muitos anos pela ex-deputada Marly Abdalla.

Entretanto nem todos profissionais da política fazem uso de sua atuação profissional como recurso nas disputas eleitorais, pelo contrário alguns não chegam nem a exercê-la ou se desligam posteriormente da profissão devido o tempo de dedicação que é exigido às atividades políticas. Levando isso em consideração, busquei identificar qual a idade que essas mulheres que se elegeram deputada estadual no Maranhão ocuparam o primeiro cargo eletivo e quanto tempo estas já tem de mandato. (Ver quadro 6 e 7)

Quadro 6- Idade de ingresso no primeiro cargo eletivo entre as deputadas estaduais

Idade	Nº de casos
Entre 18-35	6
Entre 36-45	6
+ de 45	10

Os dados mostram que mais de 40% das mulheres iniciaram suas carreiras após os 45 anos, o que não difere muito das deputadas federais como já foi demonstrado. Tentando identificar o que Avelar (2001) apresenta em relação a difícil conciliação entre a esfera familiar e a política por parte das mulheres devido a situação conjugal e a maternidade, perguntei às deputadas que entrevistei se isso procede. Sobre tal questão afirmaram as deputada Graça Paz, Fátima Vieira¹⁵ e as ex- deputadas Marly Abdalla¹⁶ e Telma Pinheiro¹⁷, respectivamente:

“Não é fácil, nunca foi fácil. Não só para as mulheres que têm uma vida ativa politicamente como para as mulheres que trabalham fora. Ela tem que conciliar os trabalhos de dona de casa, de mãe, de avó no meu caso que eu tenho que dá atenção para meus netos também. Isso para gente é muito difícil, porque o fato de nós estarmos fazendo parte de uma área que antes era masculina, isso não nos tira nossas tarefas de casa. Nós nos preocupamos com as tarefas de casa, com a escola dos filhos, com as reuniões, que normalmente são as mulheres, claro que existem pais que fazem, mas na sua grande maioria quem participa ativamente da vida da família nesses particularidades, como dona de casa, como mãe, é a mulher”. (Graça Paz)

“Há muita dificuldade, principalmente quando a gente tem casa, a gente tem filhos, tem marido então é muito complicado, dá muito trabalho, mas a gente tenta conciliar”. (Fátima Vieira)

“Ah meu Deus essa é uma situação muito... precisa uma compreensão muito grande, da família, do marido. Época de campanha você chega em casa três horas, quatro horas da manhã. Meu marido era empresário, tinha as empresas dele, tinha as articulações, os amigos que era outra ala e tudo isso preenchia o tempo dele e eu tinha oportunidade de preencher o meu. E ele sempre respeitou, e é isso que falta, esse respeito mútuo, não pode se apossar da vida do outro. Agora lógico, você tem que ser correta, tem que ter limites, tem satisfação pra dar, mas de ambas as partes. Sempre houve uma compreensão e eu fui muito feliz nesse aspecto”. (Marly Abdalla)

“É um equilíbrio né? O equilíbrio que eu busco, remindo o tempo. Como eu não tenho mais filho pequeno, mas sou avó, o meu esposo é um homem muito compreensível, a minha família também, pelas minhas ausências. Por exemplo, até agora eu não fui em casa almoçar e não devo ir, talvez chegue entre 10 ou 11 horas da noite, mas eu tento conciliar compensando a minha família com momentos especiais, para compensar as minhas ausências que são mais do que as minhas presenças”. (Telma Pinheiro)

Pode-se perceber através dos quatro depoimentos que todas destacaram a dificuldade de conciliação entre esfera familiar e as atividades políticas. A deputada Graça Paz chama atenção para certas atividades em que ainda se concentra entre as mulheres como por exemplo o acompanhamento do desempenho dos filhos nas escolas. A ex-deputada Marly Abdalla dá ênfase sobre a questão do tempo de dedicação que uma campanha exige, o que

¹⁵ As entrevistas realizadas com as deputadas Graça Paz e Fátima Vieira ocorreram separadamente em seus respectivos gabinetes no dia 07/03/07, vésperas do Dia Internacional da Mulher fato que contribuiu na concessão da entrevista.

¹⁶ A entrevista foi realizada no dia 05/03/07 na sala da coordenação da Universidade da Terceira Idade-UNITI-UFMA.

¹⁷ A entrevista foi realizada no dia 14/03/07 na SECID, atualmente Telma Pinheiro assume a Secretaria das Cidades.

segundo ela requer uma compreensão maior por parte do marido e da família como um todo. Telma Pinheiro também ressalta sobre o fator tempo como um dos maiores desafios.

No quadro sinótico é possível perceber de forma mais detalhada a idade de ocupação do primeiro cargo eletivo das 22 deputadas estaduais e em que tipo de cargo eletivo estrearam na política.

Entre as deputadas eleitas no Maranhão no período de 1982 a 2006, 14 não haviam ocupado nenhum cargo eletivo anterior, somando mais de 60% as que ingressaram diretamente como deputada estadual. Tanto no âmbito federal como no estadual identifica-se no Maranhão o predomínio do ingresso “por cima” na política. Apenas 8 mulheres iniciaram suas carreiras eletivas passando por diferentes cargos na hierarquia política,⁴ como vereadoras: Conceição Mesquita, Telma Pinheiro, Luzivete Botelho e Helena Heluy e 4 como prefeitas/vice-prefeitas: Aparecida Furtado, Maria da Graça Melo, Tereza Murad e Cleide Coutinho.

Um outro indicador que pesquisei sobre as deputadas que contribui para compreensão da dinâmica de profissionalização política foram os anos acumulados de mandatos eletivos. Tais dados demonstram que algumas mulheres permanecem em cargos eletivos por um longo período de tempo.

Quadro 7: Deputadas estaduais eleitas no Maranhão com mais de um mandato (1982-2006)

DEPUTADAS ESTADUAIS	NÚMERO DE MANDATOS
Maria da Conceição Mesquita	2 (sendo eleita em 1978 e 1992)
Maura Jorge	4 (sendo eleita em 1990,1998,2002 e 2006)
Marly Abdalla	3 (sendo eleita em 1990, 1994, 1998)
Janice Braide	3(sendo eleita em 1994,1998, 2002)
Helena Heluy	3 (sendo eleita em 1998 ¹⁸ ,2002, 2006)
Telma Pinheiro	2 (sendo eleita em 1998, 2002)
Graça Paz	2 (sendo eleita em 2002 e 2006)

¹⁸ Apesar de ter assumido somente em janeiro de 2001 como primeira suplente, considero os anos de mandatos como vereadora de São Luis de 1997 a 2000.

Considerando o número de mandatos, quem se destaca é a deputada Maura Jorge somando mais de 16 anos de mandatos eletivos, seguida de Marly Abdalla, Janice Braide e Helena Heluy, com três mandatos consecutivos.

Além do número de mandatos eletivos, destaco também a ocupação de cargos públicos por parte dessas mulheres antes de se elegerem deputada estadual. Os dados explicitam que 10 mulheres ocuparam cargos públicos antes de serem eleitas deputadas, o que equivale a 45% dos casos. Como demonstram os dados do quadro sinótico

Em termos de tempo de dedicação dessas mulheres às atividades políticas, não considere apenas o número de mandatos. Como pode ser identificado nos quadros acima, de modo geral, a carreira política dessas mulheres são longas. Com destaque para: Telma Pinheiro, Luzivete Botelho e Socorro Waquim. Telma Pinheiro, atual secretária estadual das Cidades e Infra-Estrutura, apesar de ter ingressado na carreira eletiva somente aos 45 anos em 1996 como vereadora, já ocupava cargos públicos desde 1972, somando mais de 30 anos de dedicação a carreira política. A ex-deputada Luzivete Botelho que disputou sem sucesso a prefeitura do município de Itinga-MA em 2004, ocupou cargos públicos desde 1983 e Socorro Waquim, atual prefeita de Timom, começou em 1993 como secretária de Educação do referido município. Ressalto que a ocupação de cargos públicos pode funcionar entre os concorrentes no espaço político como capital significativo de diferenciação, muitas vezes não propriamente pela atividade desempenhada, mas tais cargos acabam funcionando como títulos.

Dos casos pesquisados, doze não exerceram cargos públicos antes do primeiro cargo eletivo, mas dentre estas, há casos de ocupação de cargos públicos posteriormente, a exemplo de Conceição Andrade que foi Secretária de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural no governo Zé Reinaldo Tavares (abril 2002 a 2006) e Marly Abdalla que foi Secretária de Estado de Desportos e Lazer no governo Roseana Sarney (abril 1994 a 1998).

BIBLIOGRAFIA

ACHIN, C. “Le mystère de la chambre basse. Comparaison des processus d’entrée de femmes au parlement, France-Allemagne, 1945-2000”. Dalloz, Coll. Bibliothèque des Thèses, 2005.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. Ver. Estudos Feminista, ano 9, 2001.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BACHELARD, Gaston. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

BARREIRA, I. **Chuva de papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

-----, I. Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: a participação de mulheres no Congresso Nacional. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. 30º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo : ANPOCS, 2006

BARROS FILHO, J. **A tradição engajada: origens eleitorais no percurso de um agente**. Dissertação de mestrado, UFMA, 2007.

BEZERRA, M.O., Em Nome das “Bases”. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BORGES, A. S. **Conexão Eleitoral e Atuação Parlamentar: representantes e bases eleitorais no Maranhão**. Tese de doutorado, IUPERJ, 2005.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

-----, P, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean Claude. **O Ofício do Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

-----, P. **Lições de Aula**. São Paulo, Vozes, 1988.

-----, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998

-----, P. “A ilusão biográfica”. In: FERREIRA, M e AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**, Rio de Janeiro, FGV Ed, 1996.

-----, P. **Stratégies de reproduction et modes de domination**. Actes de la recherche en sciences sociales, Volume 105, Nº 1. p. 3 – 12, 1994

-----, P. BOURDIEU, Pierre. Da regra à estratégia. **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. p.77-95

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e Oposicionistas**, Lithograf, São Luís, 2001.

CARVALHO, J. M. De. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. FGV, Rio de Janeiro, 2006.

CORADINI, O. L. Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana. In: PALMEIRA, M; BARREIRA, I. Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Anna Blume, 1998.

COSTA, A. A. A. As donas no poder. Mulher e política na Bahia. 1. ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia/NEIM-UFBA, 1998. v. 1. 248 p.

COSTA, Wagner C. da. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís, UFMA, 1997.

DELMIRO, D. dos S. Gênero e Política no Maranhão: um estudo sobre os mecanismos de Legitimidade de Roseana Sarney. Monografia em Ciências Sociais, UFMA, 2006.

DULONG, Delphine. SANDRINE, Lévêque. Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre em ressource politique. Politix, v.15, nº60, 2002. P. 81-111.

ELIAS, N. Modelos de Jogo In: Introdução à Sociologia. Edições 70, 1999.

-----, N. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b.

FERREIRA, M. Mulher e participação política no Maranhão. In: FERREIRA, M., ALVARES, M.L.M., FERREIRA, E. **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís, EdUfma, 2001.

-----, M. Mulher no legislativo: um estudo sobre as cotas. In: Souza, Chaquime e Lima e. **Teoria e prática nas Ciências Sociais**. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2003. p.69 – 90.

GONÇALVES. Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Tese de Doutorado em Políticas Públicas. UFMA, 2006.

GRILL, I.G. **As bases sociais do compromisso: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

-----, I. G. **Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCH-UFRGS, 2003

-----, I. G. . Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. In: 31.º Encontro Anual da Anpocs, 2007, Caxambú. 31.º Encontro Anual da Anpocs, 2007.

GRYNSPAN, Mario. Os idiomas da patronagem: um estudo de trajetória de Tenório Cavalcanti. Rev. Brasileira de Ciências Sociais, nº14, outubro 1999.

GUIONNET, Christine. Entrées de femmes em politique. L’irréductibilité du genre à l’heure de La parité. Politix, v.15, nº60, 2002. P.113-146.

HTUN, Mala. **A política de Cotas na América Latina**. Revista de Estudos Feministas. vol.9 nº.1 Florianópolis 2001

- KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- LAGROYE, J. Être du métier. *Politix*, Année 1994, Volume 7, Numéro 28. p. 5 - 15
- LANDÉ, Carl H. Introduction: the dyadic basis of clientelism. In: SCHMIDT, S.W.; alli.(Orgs.). **Friends, followers and factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.
- LENOIR, R. “Objeto sociológico e problema social”. In: CHAMPAGNE, Patrick et al Iniciação à prática sociológica, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.
- NICOLAU, J.M. O Sistema Eleitoral Brasileiro: a questão da proporcionalidade da representação política e seus determinantes. In: LIMA JUNIOR, O. B. (Org.) Sistema Eleitoral: teoria e prática. Rio de Janeiro, IUPERJ/Rio Fundo, 1991.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967
- MAYER, Adrian C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.p.127-155.
- MICELI, Sérgio. Biografia e cooptação. In: _____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MIGUEL, Sônia M. A política de cotas por sexo: um estudo das primeiras experiências no legislativo brasileiro. Brasília. Cfemea, 2000.
- MIGUEL, Luís Filipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e singularidade feminina. *Rev. Estudos Feministas*, ano 9, 2ºsem. 2001.
- MORAIS FILHO, J. R. R. Feudos, Canudos e Bolchevismos no Maranhão: oposicionistas e vitorinistas num mundo de guerras locais, monografia-UFMA, 2007
- OFFERLÉ, Michel. Entrées en politique. *Politix*, V. 9, N°35, p. 3 – 5, 1996
- OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: *La Profession politique*. Paris: Belin, 1999.
- PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a políticas das facções. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: 1995. p.31-90.
- PHÉLIPPEAU, Eric. “**Sociogênese da profissão política**”. GARRIGOU, A; LACROIX, B. Norbert Elias. A política e a história. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- PINTO, Céli Regina, Moritz, Schulz e Moraes. **Perfis, trajetórias, desempenhos: uma pesquisa com as vereadoras gaúchas**. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2000.
- SAFFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e classe social. In: COSTA e BRUSCHINI. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SILVA, Ilse Gomes. Entre o Local e o Nacional: a “reforma” do aparelho do Estado no Maranhão. In: Participação Popular e “Reforma” do Estado Brasileiro nos anos 1990: contradições e impasses. Tese. (doutorado em Ciências Sociais), 2001.

SCOTT, J. Uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade: mulher e educação**, v.15. 1990.

SCOTTO, Gabriela. O Visível e o Invisível: considerações sobre uma candidatura. Comunicações do PPGAS/MN, Rio de Janeiro, v. 5, p. 21-38, 1995.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

Outras fontes:

Dicionário Histórico-Biográfico- CPDOC.

Entrevista com as deputadas:

Marly Abdalla. Realizada pela mestranda na sala de coordenação da UNITI-UFMA em 05 de março de 2007

Graça Paz. Realizada pela mestranda no Gabinete da deputada em 07 de março de 2007

Fátima Vieira. Realizada pela mestranda no Gabinete da deputada em 07 de março de 2007

Telma Pinheiro. Realizada pela mestranda na SECID em 14 de março de 2007

Terezinha Fernandes. Realizada pela mestranda e orientador na SETRES em 03 de abril de 2007.

Graciete Lisboa. Realizada pela mestranda na residência da deputada, em 30/08/07

Maura Jorge. Realizada pela mestranda no município de Lago da Pedra, em 20/07/08

Sites:

www.cfemea.org.br. Acesso em 03/11/07.

www.tse.gov.br. Acesso em 07/01/08

www.ipu.org. Acesso em 23/11/07

www.camara.gov.br. Acesso em 07/01/08

www.senado.gov.br. Acesso em 09/01/08